

GAZETA MERCANTIL

Projeto envolve uma nova política de gastos públicos, diz Fernando Henrique

por Lu Aiko Otta
de Brasília

Junto com a emenda constitucional criando reserva social de emergência vão um projeto para alterar a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1994 e uma nova lei de execução orçamentária. A nova LDO permitirá novas emissões de títulos públicos federais somente para rolar a dívida e a nova lei de execução orçamentária não permitirá mais o contingenciamento dos recursos orçamentários.

Não se trata somente de cortar as despesas, mas de fazer uma nova política de gastos públicos", explicou o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. "Na nova LDO, vamos impor a restrição da emissão de títulos públicos para a criação de novas dívidas. Vamos ficar no regime estrito de não gastar mais do que se pode", disse ele. Neste ano, o governo emitirá CR\$ 670 bilhões em títulos para conseguir fechar suas contas.

Além disso, o governo não usará mais recursos da fonte 188 (remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional junto ao Banco Central) para pagar

despesas que não sejam juros da dívida interna. Não existe nenhuma restrição legal a que eles sejam usados para outro tipo de gasto e, na versão anterior da proposta orçamentária, eles pagariam despesas com pessoal. Como, porém, é um recurso que a equipe considera "fictício", sua utilização no pagamento de outras despesas acabaria gerando pressão inflacionária.

Na nova lei de execução orçamentária, o governo ficará proibido de controlar os gastos na boca do caixa, através do contingenciamento de recursos. "Dessa vez, o orçamento será apresentado em bases realistas.

Ele será apresentado exatamente como será executado", disse Cardoso. Essa clareza na programação dos gastos evitará que se necessite, novamente, de negociar com o Congresso um cronograma de desembolsos, como foi feito em meados deste ano. Essa decisão também facilita a discussão do novo pacto federativo. "Não temos como propor a descentralização, se estados e municípios não virem como esses gastos serão financiados", disse o ministro.